COLEGIADO DO PROGRAMA DE PÓS-
GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA MECÂNICA
NORMATIVA INTERNA Nº 02/2025

Estabelece normas gerais para concessão e para o acúmulo de bolsas institucionais de mestrado, doutorado no país com atividades remuneradas ou outros rendimentos no âmbito do PPGEM.

O Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Mecânica da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, conforme reunião do dia 18 de julho de 2025 no uso de suas atribuições;

CONSIDERANDO:

- as normas vigentes das principais agências de fomento nacionais para concessão de bolsas de pós-graduação;
- a Portaria Capes nº 133, de 10 de julho de 2023, que regulamenta a possibilidade de acúmulo de bolsas de pós-graduação com outros rendimentos;
- a Portaria do CNPq nº 2.159 que altera dispositivos da portaria nº1.863 e que dispõe sobre as possibilidades de acúmulo de bolsas do CNPq e complementação financeira advinda de outras fontes;
- a Resolução CEPE/UFPE nº 05/2022, que regulamenta a gestão de bolsas de pós-graduação institucionais na UFPE;
- a Instrução Normativa nº03/2023 do Colegiado do Programa de Pós-Graduação Engenharia Mecânica/UFPE, que estabelece os critérios para a concessão de bolsa a alunos dos cursos de Mestrado e Doutorado;
- a autonomia dos programas de pós-graduação no que diz respeito à elaboração de normativas sobre concessão de bolsas de estudo a seus discentes ou pesquisadores;
- a importância da formação de recursos humanos e na produção científica e tecnológica de alta qualidade.

RESOLVE:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - Esta Instrução Normativa tem por objetivo regulamentar a concessão e o acompanhamento de **bolsas de gestão institucional do Programa de Pós-graduação em Engenharia Mecânica nas modalidades mestrado e doutorado**, conforme Resolução nº 05/2022 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Pernambuco (CEPE/UFPE).

Parágrafo único - Para efeitos desta Instrução Normativa, entende-se por "bolsa de pós-graduação" qualquer bolsa de mestrado, doutorado ou pós-doutorado no país submetida à gestão dos programas de pós-graduação *stricto sensu* acadêmicos (PPGs) ou da Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PROPG), conforme Resolução CEPE/UFPE nº 05/2022.

CAPÍTULO II DA COMISSÃO DE BOLSAS

Art. 2º. A seleção de bolsistas será efetuada por uma Comissão de Bolsas do PPGEM, composta de no mínimo três membros participantes do colegiado: dois representantes do quadro de docentes permanentes e um representante discente de Mestrado/Doutorado. Devendo ser composta de:

- I - Os representantes dos docentes deverão pertencer ao quadro permanente do programa, cujo mandato será de dois anos, podendo haver recondução.
- II - Um docente permanente de cada área de concentração do Programa, escolhido por seus pares
- III - O representante discente deverá estar regularmente vinculado ao curso;
- III – O representante discente não poderá estar cumprindo o primeiro período letivo do curso em que está inserido nem ser candidato ao recebimento da bolsa.
- IV. A critério do colegiado a Comissão de Bolsas poderá contar também com servidores técnico/administrativos em sua composição.

Parágrafo único - O Coordenador do PPGEM indicará o substituto eventual (*pro tempore*) no caso de afastamento de um dos representantes ou da não indicação de representante por seus pares.

Art. 3º. Caberá à Comissão de Bolsas, assessorada pela secretaria do Programa:

- II – Rever periodicamente os critérios para a distribuição das bolsas, considerando as prioridades dos bolsistas;
- III - Observar quanto a seleção de bolsistas as normas do PPGEM e vigentes das principais agências de fomento nacionais para concessão de bolsas de pós-graduação, divulgá-las junto aos bolsistas via secretaria do PPGEM e mantê-los informados de qualquer comunicação destes órgãos;
- IV - Examinar as candidaturas às bolsas e comunicar a secretaria do PPGEM e ao Colegiado do Programa os nomes dos discentes selecionados;
- V - Encaminhar a secretaria do PPGEM em formulário específico todas as alterações ocorridas (cancelamento, relações nominais complementares) após a distribuição inicial das bolsas.

CAPÍTULO III DA CONCESSÃO, VIGÊNCIA E MANUTENÇÃO DAS BOLSAS

Art. 4º - A concessão ou manutenção de bolsa de estudos aos discentes deverá atender os seguintes critérios:

- I. Discentes que atendam às exigências das agências de fomento;
- II. Discentes que tenham manifestado explicitamente, por escrito, o requerimento da bolsa no ato do processo de seleção para ingresso no curso.
- III. Dedicção dos discentes às atividades previstas no projeto ou plano de trabalho durante a vigência da bolsa;
- IV. Prioridade aos alunos ingressantes que possuem maior nota no processo seletivo. Para alunos antigos, a priorização, em caso de concorrência, será baseada no coeficiente de Rendimento (CR) do mestrado ou do doutorado, seguido pelo tempo restante de curso;
- V. Alunos antigos que foram reprovados em qualquer disciplina não podem solicitar

bolsas;

- VI. A prioridade de concessão de bolsas será dada às turmas ingressantes, seguidas das turmas mais recentes. Em caso de ausência de candidatos aptos, será utilizado o modelo de distribuição de bolsas estabelecido no artigo 5.

Parágrafo único - Excepcionalmente, discentes que não tenham optado por concorrer a bolsa durante o processo de seleção poderão se manifestar, por escrito, indicando a alteração de sua condição.

Art. 5º - A distribuição interna das Bolsas às áreas e aos alunos aprovados deverá ocorrer da seguinte maneira:

- I. - A distribuição se dará na forma de 50% do total de bolsas divididas igualmente entre as áreas. Em caso da quantidade de bolsas disponíveis no Programa ser ímpar, a última bolsa será concedida a área que contém menor quantitativo de bolsas vigentes.
- II. A alocação das bolsas dentro de cada área seguirá a ordem de classificação dos discentes na seleção ao mestrado ou doutorado daquela área;
- III. Serão reservadas 30% das bolsas para os ingressantes por meio de ações afirmativas. Caso não exista demanda de alunos para ações afirmativas, estas bolsas serão distribuídas conforme os incisos I, II e III do artigo 5º ;
- IV. Alunos de segundo ingresso no mestrado ou doutorado que foram contemplados com bolsa no primeiro ingresso não serão priorizados com bolsa;
- V. Alunos que estão fazendo o segundo doutorado ou mestrado, com acumulação de títulos, não serão priorizados com bolsa;
- VI. A liberação da bolsa ocorrerá com o esgotamento do prazo máximo. A bolsa liberada será implantada para o processo de seleção subsequente à liberação da bolsa. Caso o prazo exceda o prazo máximo de vacância da bolsa pelas agências de fomento, a Coordenação do Programa decidirá pela alocação da bolsa pelo prazo que considerar necessário.
- VII. Caso todos os alunos da área de concentração beneficiada pela bolsa liberada já disponham de bolsa ou não reúnam as condições para a sua concessão, a bolsa será implantada para um aluno de outra área.

Art. 6º - A distribuição das bolsas disponíveis seguirá o calendário letivo da pós-graduação.

§ 1º - Bolsas recém-adquiridas pelo Programa serão distribuídas a partir dos mesmos critérios descritos no artigo 5º desta normativa.

Art. 7º - A concessão da bolsa deverá ser de até 12 meses, com possibilidade de renovação até atingir a duração máxima, definida nos instrumentos normativos ou instrumentos de concessão da agência de fomento.

Art. 8º - O prazo máximo de atribuição das bolsas do PPGEM para o mestrado é de 24 (vinte e quatro) meses e para o doutorado é de 48 (quarenta e oito) meses a contar da data da matrícula no Programa. Nos casos de gravidez, considera-se o estabelecido pelos órgãos de concessão, com extensão da bolsa de mestrado ou doutorado de mais 4 (quatro) meses.

CAPÍTULO IV

DO ACÚMULO DE BOLSAS E OUTROS RENDIMENTOS

Art. 9º. Permite-se o acúmulo de bolsas do PPGEM com bolsas (complementares ou não) oriundas de outras fontes, privadas ou públicas, seguindo a regulamentação vigente estabelecida pela CAPES.

Art. 10. O acúmulo de bolsa do Programa com atividade remunerada deve ser considerado somente após a finalização da distribuição das bolsas aos discentes discriminados no artigo 5º desta normativa e com a anuência explícita e por escrito do orientador.

§ 1º - Bolsas concedidas para discentes com atividade remunerada devem ter duração máxima de 6 (seis) meses, sendo sua renovação condicionada ao estabelecido no artigo 5º desta normativa.

Art. 11º. Os discentes em situação de acúmulo de bolsas ou bolsa com atividade remunerada, cujas bolsas não se enquadram no Art. 5º, devem seguir os seguintes critérios de prioridade, quando mensuráveis:

- I. - Discente que não possua vínculo empregatício;
- II. - Discente que possua menor carga horária de atividade remunerada;
- III. - Discente cuja atividade remunerada tenha correlação com a temática da pesquisa desenvolvida na pós-graduação.

CAPÍTULO V

DO ACOMPANHAMENTO E RENOVAÇÃO DE BOLSISTAS

Art. 12 - A concessão da bolsa poderá ser revogada de forma imediata ou no momento de sua renovação, dependendo da situação do discente.

Art. 13 - Para o discente que possua acúmulo de bolsa e/ou de bolsa com atividade remunerada, a bolsa poderá ser repassada, no momento de sua renovação ou de forma imediata, ao surgir outro estudante com maior prioridade.

Art. 14 - São situações que resultam em cancelamento imediato da bolsa:

- I - Discente foi desligado do curso;
- II - Não obedeceu às normas das agências de fomento e do PPGEM.
- III - Discentes que foram reprovados em qualquer disciplina;

Art. 15 - São situações que resultam em cancelamento no momento da renovação da bolsa discente que:

- I - Obtiver o rendimento acadêmico abaixo do exigido pelo Regimento Interno do Programa;
- II - For reprovado em qualquer disciplina;

III - Não efetuar matrícula dentro do prazo exigido pela UFPE;

IV - Não qualificar, quando for o caso, dentro do prazo exigido no Regimento Interno do Programa.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16 - Os casos omissos nesta Normativa Interna serão resolvidos pela Comissão de Bolsas do PPGEM e deliberados dos pelo Colegiado.

Art.17 - Esta Normativa entrará em vigor em 01 de agosto de 2025.